



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 122

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 122**

### **112ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 04

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri ..... 06

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 07

Dep. Stephanes Júnior ..... 10

Dep. Elio Rusch ..... 11

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....09

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 11

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 14

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 16

Discussão/Votação

Redação Final ..... 16

Requerimentos ..... 16

**Encerramento da Sessão ..... 17**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 17

Portaria DAT ..... 18

### **DIÁRIO Nº 122**

### **112ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2008**

(quinta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Beti

Pavin, Caíto Quintana, Durval Amaral, Elio Rusch, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato, (26).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (23).

Ausentes com justificativas: Dr. Batista, Fábio Camargo e Marcelo Rangel (03).

Em licença os Srs. Deputados: Antonio Belinati e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. 2ª SECRETÁRIA**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Mensagem***

MENSAGEM Nº 032/08

Curitiba, 15/10/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação dessa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar imóveis com o município de Apucarana, conforme especifica, pelos motivos a seguir expostos.

O plano de lei em referência visa regularizar áreas que estão sendo utilizadas pelo estado do Paraná e que pertencem ao município de Apucarana e vice-versa.

Notadamente, o Colégio Agrícola Estadual Manuel Ribas, encontra-se instalado em imóvel do município, sendo uma das áreas que se pretende permutar. O imóvel em referência foi vistoriado e avaliado pela Secretaria de Estado de Obras Publicar -, SEOP, que apurou o valor do imóvel em R\$ 4.514.773,70 (quatro milhões, quinhentos e quatorze mil, setecentos e setenta e três reais e setenta centavos), para um total de 995.558,00m2 da área.

A área do estado do Paraná que se permutará com o município de Apucarana, soma 79.590,50m2 de área total, sendo avaliada pelo SEOP em R\$ 3.651.012,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil e doze reais).

Com a devida regularização da área referente ao Colégio Agrícola Estadual Manuel Ribas, o estado do Paraná passará a ter a titularidade do bem e diversos investimento poderão ser aplicados no estabelecimento em conformidade com a lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a seguinte permuta de imóveis, com o município de Apucarana:

I - Imóveis do patrimônio do município de Apucarana, somando o total de 995.558,00m2, sendo:

a) Lote de terras com área de 7,93 alqueires, Matrícula 9865, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

b) Lote de terras com área de 1,5 alqueire, Matrícula 9866, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

c) Lote de terras com 9,49 alqueires, Matrícula 9684, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana; e

d) Terreno rural com área de 22, 219 alqueires, Transcrição das Transmissões nº 28317, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana.

II - Imóveis do patrimônio do estado do Paraná, somando o total de 79.590,50m2, sendo:

a) Parte da área total (de 9,26 alqueires) correspondente a 13.600,00m2, Transcrição das Transmissões nº 20015, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

b) Área de terras com 6.840,00m2, Transcrição das Transmissões nº 15150, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

c) Parte da área total (de 4 alqueires) correspondente a 12.710,00m2, Transcrição das Transmissões nº 20287, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

d) Área com 32.395,00m2, Matrícula nº 4082, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

e) Data de terras nº 07 e parte da data nº 06, quadra 32, área total de 600,00m2, Transcrição das Transmissões nº 9392, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana;

f) Oito datas de terras nº 6,7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, da quadra 125, com área total de 3.120,00m2, Matrícula nº 14837, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana; e

g) Lote de terras nº 230, com área de 10.325,50m2, Matrícula nº 18826, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana.

Art. 2º Os imóveis permutados ficam gravados com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**A Diretoria Legislativa.**

***Ofícios***

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 16/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa., que estarei ausente da Sessão Plenária no dia 16 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) MARCELO RANGEL

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando liberação de R\$ 5.999.999,89, para o recape sobre pavimento asfáltico para o município de Foz do Iguaçu, numa área total de 302.890,00m<sup>2</sup>, conforme lotes discriminados em anexo e pedido do Prefeito Paulo MacDonald.

Lote 01: R\$ 1.311.444,48 - Local: Centro (avenida República Argentina, rua Eng. Rebouças, rua Xavier da Silva, rua Rui Barbosa, rua Bartolomeu de Gusmão, rua Jorge Sanwais, rua Quintino Bocaiúva, rua Barão do Rio Branco, rua Naipi, rua Tarobá, avenida Pres. Juscelino Kubitschek, rua Tiradentes e rua Dom Pedro)

Lote 02: R\$ 1.372.215,90 - Local: Jardim Festugato (rua Tarobá, rua Maximino Tosi e rua Martins Pena) e bairros diversos (avenida Juscelino Kubitschek)

Lote 03: R\$ 2.060.656,16 - Local: Centro (rua Edmundo de Barros, rua Quintino Bocaiúva, rua Sanwais, rua Bartolomeu de Gusmão, rua Rui Barbosa, rua Xavier da Silva, rua Eng. Rebouças, rua Mal. Floriano, rua Mal. Deodoro, rua Santos Dumont e rua Castelo Branco)

Lote 04: R\$ 1.255.683,35 - Local: Centro (avenida Paraná, avenida Jorge Schimmelpfeng, rua Belarmino de Mendonça, rua Benjamin Constant e rua Almirante Barroso)

Sala das Sessões, em 16/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 413/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Semana da Leitura no Estado do Paraná a ser comemorada todos os anos no período de: início dia 06 e término dia 12 de outubro, Dia da Criança.

Art. 2º Na semana de que trata o artigo 1º, haverá uma extensa programação com leitura para crianças e adultos em vários locais nas cidades do estado do Paraná, além de oficinas para os educadores.

Art. 3º O Dia da Criança - 12 de outubro - será denominado Dia da Leitura e da Escrita.

Art. 3º Toda programação da Semana da Leitura será coordenada pela Secretaria de Estado da Cultura,

devidamente integrada com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4º As Secretarias de Estado de que trata o artigo anterior, poderão firmar convênios com editoras, fundações, Academias de Letras, livrarias e outros estabelecimentos e órgãos afins, como formas de incentivar e incrementar o cumprimento dos objetivos da Semana da Leitura.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/10/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo principal deste projeto de lei é que seja desenvolvido nas crianças, adolescentes, jovens e adultos em fase escolar - ensino fundamental, médio e superior - o gosto pela leitura e pela escrita.

Pretende, ainda, sensibilizar pais e educadores sobre a importância de oferecer leitura às crianças desde a sua tenra idade, para prepará-las para a competitividade da globalização que já se faz presente.

O próximo dia 12/10/09, ano da implantação dessa lei, deverá marcar época no estado do Paraná, incentivando o gosto pela leitura e pela escrita. Haverá tempo suficiente para a regulamentação dessa lei, e, as Secretarias de Estado da Cultura e da Educação, poderão estabelecer os contatos necessários para envolvimento da iniciativa privada nessa empreitada.

O Poder Legislativo, consciente do papel que lhe toca na formação da cidadania do nosso estado, deverá por certo, aprovar este projeto para comprovar o seu comprometimento com a formação cultural, de cidadania e educacional das crianças e jovens de nosso estado. O Dia da Leitura e da Escrita, a ser comemorado no dia 12 de outubro - a partir do próximo ano - convidará todos a ler para as crianças nessa data, estimulando nela a vontade e a paixão de ler em iniciativas propostas por intensa campanha na mídia pelo Governo do Estado.

Pretende também, esta lei, envolver Prefeitos e Prefeituras de todos os municípios do Paraná com objetivo de oferecer apoio do gestor público na criação e manutenção das bibliotecas públicas, comunitárias e escolares.

Pretende, ainda, reforçar o projeto Biblioteca Cidadã, do Governo do Estado.

Enfim, as várias ações que advirão desta lei, serão formas de contribuição dos Poderes Públicos para com os professores de português e literatura, sociologia e filosofia e aos alfabetizados de buscarmos a união de pais, educadores e o estado, para encontrarmos a solução para o analfabetismo e ao mesmo tempo implantar o gosto pela leitura em crianças desde a sua mais tenra idade, mesmo que os pais sejam analfabetos.

Além, do que, cumprirá um princípio Constitucional: artigos 205 e 206, inciso II da Constituição Federal e

artigos 177 e 178, inciso II da Constituição Estadual, que deve oferecer condições com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Assim, sendo, aproveitamos para solicitar o apóio dos demais Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 414/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente de Incentivo e Esclarecimento sobre a Doação de Órgãos no Estado do Paraná.

Art. 2º Serão desenvolvidas atividades educativas compartilhadas com a participação de todos os organismos estatais e com entidades organizadas da sociedade.

Art. 3º As demais ações necessárias para a realização do que trata a presente lei, serão estabelecidas no regulamento expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que institui a Campanha Permanente de Incentivo e Esclarecimento sobre a Doação de Órgãos no Estado do Paraná.

Tem objetivo de mostrar às autoridades a necessidade de promover uma campanha permanente, divulgando as ações governamentais, bem como buscando a parceria das entidades organizadas para levar a toda população dados convincentes para o seu comprometimento com a causa.

Assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 415/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica constituído, no estado de Paraná, o regime de gratuidade de publicações de imagens de fotografias e/ou dados de pessoas desaparecidas, no Diário Oficial do Estado.

Art. 2º A publicação, de que trata o artigo 1º desta lei, será efetivada obrigatoriamente, de acordo com a regulamentação editada pelo Poder Executivo que, especificará os critérios gráficos, as normas técnicas de impressão, a quantidade e periodicidade das publicações.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta da dotação orçamentária, do elemento de despesa e da classificação funcional programática própria competente e serão consignadas no orçamento vindouro com rubrica correspondente, podendo ser suplementada para o cumprimento desta lei.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que visa a publicação gratuita no Diário Oficial do Estado de fotografias e dados referentes à pessoas desaparecidas.

Com a publicação de imagens ou dados dos desaparecidos haverá uma congregação de atuações incisivas, possibilitadas pelo estado e exercidas pela população, seja mediante denúncias ou apontamentos sobre possíveis paradeiros.

A divulgação certamente colaborará para reduzir a incerteza vivenciada pelos familiares e trará esperança e expectativa de retorno do ente querido ou o conhecimento de sua localização.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE Nº 416/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os teatros, salas de cinema, cultura e casas de espetáculos e shows artísticos, estabelecimentos no estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 0,5% de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência físico-motora.

§ 1º Os assentos deverão estar situados em local de fácil acesso aos usuários portadores de deficiência, com mínima circulação de outras pessoas à sua frente, possibilitando melhor visibilidade e inexistência de interferência na visão dos espetáculos.

§ 2º Os lugares reservados para o cumprimento ao disposto nesta lei deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Art. 2º Os estabelecimentos alcançados pela presente lei deverão, de igual forma, adaptarem-se para o acesso e uso por usuários de cadeiras de rodas.

§ 1º A adaptação referida no *caput* consubstancia-se na instalação de rampas ou de elevadores, de portas

cuja largura comporte a passagem de cadeiras de rodas, de aparelhos sanitários apropriados para o uso de pessoas com deficiência, e na destinação de um local que possa acomodar os frequentadores dependentes de cadeiras de rodas.

§ 2º Estarão desobrigados do cumprimento da presente lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos já em funcionamento, que apresentarem laudo técnico firmado por profissionais habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta lei.

Art. 3º É concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, para que os estabelecimentos dispostos no *caput* do artigo 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente lei.

Parágrafo Único. Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta lei sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira autuação;

II - multa de 50 (cinquenta) UPF, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a advertência;

III - multa de 200 (duzentas) UPF, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista no inciso II;

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que dispõe sobre a reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e uso de pessoas com deficiência física-motora.

A sociedade civil organizada está se movendo e realizando ações que são próprias, ou deveriam ser, do Poder Público, quando, na verdade, todos, e não só a sociedade civil, deveriam ter iniciativa de se adequar, se amoldar para dar acessibilidade aos deficientes a espetáculos, show, filmes e entretenimentos, pois também são consumidores.

Mas para nós, além de consumidores, as pessoas com deficiência são mais do que isso, são cidadãos e merecem de nosso Parlamento e do Poder Público o tratamento devido, igualando-os em suas desigualdades aos cidadãos sem deficiência.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição.

PROJETO DE LEI Nº 417/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar, na Rede Pública Estadual de Saúde, aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos - além

do atendimento emergencial prioritário - a realização de consultas e exames médicos dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias, contados da data do agendamento.

Art. 2º Fica, também, autorizada à afixação de cópia do comando legal, contido no artigo 1º da presente lei, em local visível ao público, nas dependências de todas as unidades de atendimento da rede pública estadual de saúde.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de assegurar, na rede pública estadual de saúde, aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos - além do atendimento emergencial prioritário - a realização de consultas e exames médicos dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias, contados da data do agendamento.

Procuramos, com a proposição, assegurar aos nossos idosos os benefícios previstos no Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10741, de 01/10/03).

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto em tela.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Tadeu Veneri, a quem concedemos a palavra.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Como já havia sido comunicado nesta Casa, no final da tarde de ontem tivemos uma reunião presidida pelo Deputado Durval Amaral, em que estavam presentes o Deputado Elio Rusch, e o Líder do Governo, onde foi discutido quais seriam os mecanismos que utilizaríamos para fazermos as Audiências Públicas com relação ao tema que está sendo debatido nesta Casa, o projeto de lei do Governo Estadual que diz respeito à alteração de alíquotas do ICMS, que pretende aumentar a alíquota de alguns grupos e reduzir a alíquota em cerca de 80 a 90 mil produtos. O que entendemos, e o que pelo menos me parece que é fundamental, é que consigamos ter um mecanismo que, de fato, faça com que a redução de alíquotas, que tem o nosso apoio e que é uma medida extremamente importante, possa chegar ao consumidor final, e parece que há uma preocupação da Federação das Indústrias, das Associações Comerciais e da Federação das Associações Comerciais, que estavam representadas, que não tenhamos apenas uma redução para grandes cadeias -

no caso inclusive foi citado que os cinco ou 20 maiores contribuintes de ICMS foram ouvidos - e a preocupação das cadeias de supermercados, por exemplo, é que essa redução não fique apenas beneficiando o grande produtor, o grande contribuinte de ICMS sem que ele tenha por obrigação fazer esse repasse. Obviamente que não há como obrigá-lo a fazer o repasse, o que aumentaria a sua margem de lucro.

Por outro lado, essa preocupação que trago parece que foi levantada no dia de ontem, não podemos ter também um aumento, no caso da alíquota de energia elétrica, que sobe dois pontos percentuais, aparentemente pouca coisa, que sobe também para o consumo de combustíveis, sobe para bebidas, sobe para o cigarro, sendo que para o cigarro e para a bebida sabemos que já tem uma taxaço bastante alta e que não compõe a arrecadação do estado do Paraná. O que compõe majoritariamente a arrecadação no estado do Paraná é justamente o grupo que vai ter o aumento na alíquota, seja nos combustíveis e lubrificantes, telecomunicações ou energia elétrica.

A preocupação que foi levantada ontem pela FIEP, acho que deve ser estudada com atenção por esta Casa, até para que possamos ter, paralela a essa preocupação de conseguirmos fazer com que a redução chegue até o consumidor final, é que não percamos competitividade na nossa indústria. Acho que esse é um tema que interessa a todos nós e, obviamente, não queremos que o aumento na energia elétrica, que é um insumo fundamental para a maioria das atividades, como por exemplo o setor frigorífico, que esse aumento faz com que percamos competitividade com indústrias que estão nos estados vizinhos, principalmente Santa Catarina, São Paulo e também Mato Grosso do Sul. Acho que esse é um debate que devemos levantar não só nas Audiências que serão feitas, mas também aqui dentro da Assembléia, e fazemos um esforço para que tenhamos uma condição objetiva dentro de alguns meses ou de um ano, de fazermos um levantamento e efetivamente podermos comprovar se, de fato, a redução prevista do ICMS naqueles produtos que estão sendo contemplados, se de fato ela chega ao consumidor final, não signifique que ela chegue em valores menores, mas que ela chegue inclusive a não ocorrer aumentos maiores.

Acho que esse processo é possível de ser feito. A primeira informação que tivemos dos técnicos do DIEESE é que é possível fazermos aqui na Assembléia uma salvaguarda para que possamos ter do Governo do Estado um acompanhamento, estamos esperando num segundo momento uma nova reunião com o DIEESE, e termos, através do DIEESE, quais seriam os mecanismos possíveis de chegarmos, termos as condições de fazer com que esses produtos que terão alíquota menor também tenham um preço menor para o consumidor final.

Acho que ontem também houve a concordância de todos os Srs. Deputados presentes e também das federações e do Presidente da CCJ que o DIEESE acompanhe esse debate. Acho que os trabalhadores devem acompa-

nhar esse debate, porque é um debate que muda o perfil da arrecadação do ICMS no estado do Paraná, embora saibamos que 2%, para três ou quatro grandes grupos, aparentemente não sejam tão fortes assim, não impactem tanto a vida da população. É bom lembrar que esse dois, três, ou quatro arrecadadores desse grupo são responsáveis por mais de 75% do ICMS no estado do Paraná.

Então, o fato de serem responsáveis por uma grande quantidade de arrecadação no estado não significa necessariamente que o estado terá uma arrecadação maior, mas pode significar, sim, que tenhamos um aumento na margem de lucro daqueles que terão reduzido a sua alíquota do ICMS, e teremos também um aumento de custo para aqueles que dependem desses insumos básicos, como eu falei aqui, que é basicamente a telefonia, os insumos que estão hoje na energia elétrica, que consomem energia elétrica, e obviamente combustíveis e lubrificantes que, de forma geral, formam uma cadeia muito ampla na economia.

Então, acho que estamos aqui com uma situação oportuna para fazermos um debate também sobre a tributação no estado do Paraná e sobre quem ganha com essa tributação, principalmente se conseguimos fazer com que esse ganho seja, de fato, repassado para a população; caso contrário é preciso olhar com bastante atenção para não acabarmos fazendo com que haja um aumento na margem de lucro daqueles que poderão, mas não necessariamente deverão repassar essa vantagem que terão na redução da alíquota, e ao contrário, um aumento de produtos daqueles que terão aumento nas suas taxaço, e certamente esse aumento será repassado também para o consumidor.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli**  
(PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Elio Rusch, o senhor quer que eu fale sobre reforma tributária? Não, não vou falar sobre a reforma tributária hoje, vou falar sobre a reforma de uma decisão judicial, que considero muito importante, porque tenho procurando tratar de um tema desta Casa, e muitas vezes acabamos ficando silentes, por conta é claro de uma certa frustração que existe na sociedade paranaense em relação à manutenção das tarifas de pedágio. Como todos sabem, em dezembro vem uma nova cacetada no lombo dos usuários dos pedágios paranaenses. O pedágio mais caro do Brasil está aqui no Paraná. Quem diz isso não sou eu, é a NTT. Mas enfim, esse é um tema que eu tenho discutido.

Quero aqui, hoje, comemorar a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Como V. Exas. sabem, no ano passado, dezembro do ano passado, eu e diversas entidades, como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares, Casas Noturnas e similares do litoral, o Fábio Bento Aguiar, o Acir Mezadri, a Frente Ampla pelos Avanços Sociais, o Doático Santos, o Deputado e 1º Vice-Presidente desta Casa, Antonio Anibelli, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, entre outros, havíamos sido, por conta de decisões judiciais, ou seja, as concessionárias entraram na Justiça com ações de interdito proibitório, nos impedindo de nos manifestarmos. Isso resultou nos mandados proibitórios, nos impondo multa de até R\$ 6 mil por hora em cada praça de pedágio, Presidente Nelson Justus, se participássemos de algumas manifestações nessas praças de pedágio. O que acabou desdobrando, como todos sabem, naquela minha forma radical de protestar que foi noticiada, que foi de furar pedágio.

Sei que V. Exa. também, Deputado Osmar Bertoldi, não gosta de quem pula catraca, mas entendo as livres manifestações que são regidas pela desobediência civil, que são válidas para romper aquilo que consideramos injusto. E falo isso, claro, por ser formado em Direito. Sou amante do Direito, entendo quando Henry Thoreau fez os fundamentos da desobediência civil, com base naquelas posições dos conservadores que querem manter as situações injustas oprimindo o povo.

Quando venho hoje aqui neste tribuna dizer da reforma, não a tributária, mas a reforma da decisão do Juiz de 1º Grau, ou seja, havia decidido, cinco dos seis Juízes que haviam sido à época acionados pelas concessionárias, se fomos acionados em Juízo, claro, isso acabou resultando numa decisão dos Juízes, dos seis Juízes, na verdade é uma ou duas Juízas, mas enfim, aqui não se trata de poder fulanizar quem fez a prestação jurisdicional em nome do estado, no caso aqui dos Juízes. Este pronunciamento não é para me contrapor aos Juízes, tenho o maior respeito por todos os Juízes e Juízas, tanto da esfera estadual quanto da esfera federal, e aqui estamos tratando da esfera federal. Mas aqui, por exemplo, foi o Juiz Federal da Vara Federal Ambiental de Curitiba, que deu aqui uma decisão: “Abster-se de invadir e ocupar o patrimônio público federal, ou lesar a posse em todos os trechos concedidos à autora na rodovia BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá, em especial a praça de pedágio localizada no Km 60”.

Havíamos programado, como todos sabem, de realizar manifestações pacíficas no sentido de poder manifestar aos usuários a nossa irrisignação com mais aquele aumento da tarifa de pedágio, famoso tarifaço, a tarifa de pedágio no Paraná é um tarifaço no lombo dos usuários. E o que eu fico muito feliz é de constatar o seguinte: eu, à época, fui conversar com um antigo professor meu, jovem aliás, mas brilhante advogado, o Dr. Fernando Knoerr, que é Procurador Federal, por óbvio não poderia ser o patrono dessa causa, mas o Dr. Leonardo da Costa e a Dra. Juliana de Carvalho Antunes, que integram o escritório do nobre professor Fernando Knoerr, o que eles

fizeram? Eles recorreram, agravaram para o Tribunal Regional Federal através de uma medida judicial chamada Agravo de Instrumento, recorrendo da decisão que havia sido proferida pelos nobres eminentes integrantes da Magistratura Federal no Paraná, que apenas um não havia concedido o interdito proibitório, só um Juiz Federal. Quem? O Juiz Federal da Vara Federal de Jacarezinho, Dr. Mauro Spalding. Como todos sabem, foi um Juiz que também determinou o fechamento da praça de pedágio de Jacarezinho. Veja que há Juízes que têm um posicionamento muito forte.

Agora, o interessante é que estou aqui com um acórdão, que foi fruto da decisão da egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e que teve como Relator o Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon. O Desembargador Lugon é o mesmo que já determinou o fechamento da praça de pedágio de Jacarezinho. O que disse o Relator Desembargador Lugon aqui? Ele fez, na verdade, como Relator, mas a decisão foi por unanimidade, Deputado Reinhold Stephanes: “dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.” O que ele fez, na verdade? Ele suspendeu a decisão da Vara Ambiental. Por que se diz das outras? Porque foi deferido o pedido de efeito suspensivo em todas as outras ações que envolvem a concessão desses mandatos proibitórios, ou seja, estamos, por força de uma decisão judicial do TRF4, livres para promover as manifestações contra a tarifa abusiva do pedágio.

Como Deputado Estadual, votei nesta Casa contra a implantação desse famigerado pedágio nas rodovias, que sangra a nossa economia. É o imposto mais caro que o paranaense paga: R\$ 6 bilhões e meio já arrecadados. É um dinheirama, não é? É de deixar muita gente feliz, porque todo dia entra aquele dinheiro, à vista, ali no caixa das concessionárias de pedágio. Tem muita gente que ri com a felicidade de ver o povo paranaense, os caminhoneiros, os trabalhadores, os estudantes, os profissionais liberais, os agricultores, todo dia, deixando um pedaço de sua luta, do seu sacrifício pela sobrevivência, nas cabines das concessionárias de pedágio.

Espero, Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, que há de chegar o dia, Deputado Teruo Kato, que acabe essa vergonha. V. Exa., para sair da nossa querida Paranaíba e chegar a Curitiba, paga sete pedágios. É uma vergonha, não é? Conversava outro dia, quando estivemos naquela concessão de título de cidadania honorária, muito merecida, ao empresário Geraldo Felipe, ele me levou para conhecer sua planta industrial e foi interessantíssimo, porque das maiores reivindicações que ele fez - que fez várias, claro, o empresário aproveita sempre a nossa presença para poder reivindicar o que é justo - o que ele me questionava muito é o preço do pedágio, porque onera muito.

Quem sai de Paranaíba e vai para São Paulo, pela BR-369, vai pagando pedágio até lá em cima. Paga em Jataizinho R\$10,50. Colocaram até uma cancela adicio-



nal na praça de pedágio de Jataizinho, de tanto que o povo da região de Assaí, de Uraí, de Cornélio Procopio, Deputada Rosane, os agricultores, os estudantes, estavam furando pedágio, muito intensamente furando o pedágio. Outro dia ainda eu soube que um policial rodoviário foi, de forma absolutamente vexatória, flagrado, e aí a Rede Globo quer pegar pela orelhinha e exemplificar, porque não pagar as contas ou os financiamento do BNDES pode, mas o pedágio, que tanta gente paga, isso é um crime de lesa-pátria.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

Então, quero dizer que essa decisão judicial, me faço crer que essas concessionárias de pedágio têm 14 anos para explorarem esse pedágio, mas temos muitas ações judiciais. Um dia ouvi aqui um Procurador do Estado, Presidente Nelson Justus, que cuida das ações do pedágio, em um café da manhã promovido pela Associação dos Procuradores do Estado, fazer considerações sobre as ações judiciais e o próprio responsável, o patrono, pelas ações judiciais, ele mesmo que deveria estar peticionando no sentido de exigir a prestação de contas, uma rediscussão do valor da tarifa abusiva. O que aconteceu? Ele não crê naquilo que está demandando.

Conversei outro dia com o Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés de Souza, para que pudéssemos ter uma modificação na forma como a PGE tem encarado esse tema em relação ao pedágio, porque qual foi a estratégia das concessionárias: A estratégia foi a seguinte: consegue-se uma decisão judicial favorável em uma decisão acessória. E dessa decisão acessória entram com diversas outras ações judiciais e conseguem essas decisões para blindar a discussão da questão essencial do sistema de pedagiamento das rodovias do Paraná. E continuamos, candidamente, achando que vivemos no melhor do mundo das rodovias pedagiadas.

Outro dia, inclusive, a Rodonorte foi acionada pelo Ministério Público Federal para fazer as obras que estão previstas no contrato, porque, claro, quando o DER aciona, eles conseguem já uma decisão judicial e a obra não acontece. Por quê? Porque eles conseguem guarida com as suas ações judiciais, com advogados extremamente especializados que contratam, alguns, inclusive, que hoje reescreveram nos seus livros a parte que havia em relação à concessão de rodovias, porque eram contrários, mas depois que foram contratados pelas concessionárias começaram, os doutrinadores, a escrever de forma diversa daquilo que pensavam antes, na minha avaliação, contrário ao interesse público. E o preço caro, o preço abusivo continua sendo praticado de forma impune no estado do Paraná, mas, pelo menos, uma coisa eu posso garantir: quando eles forem pretender fazer o novo aumento de tarifa, vamos organizar as manifestações no estado do Paraná.

Deputado Anibelli, o senhor não estava aqui quando eu comecei o pronunciamento, mas quero lhe comunicar o seguinte: estamos aqui quase que com um alvará de soltura, porque, olhe aqui a decisão da 3ª turma do TRF4, por unanimidade deu provimento ao recurso nosso, para reformar a decisão daqueles interditos proibitórios, que nos impunham as multas de R\$ 6 mil em cada praça de pedágio, por hora, que tínhamos que pagar, se fôssemos fazer as manifestações. Estamos livres, Deputado Anibelli, para fazer as manifestações contra o próximo aumento da tarifa de pedágio. Porque não tenham dúvida de que o preço é abusivo e absurdo. O DER não quer dar o aumento. O parâmetro é a nova concessão que foi feita pelo Governo Federal. Mas eles vão querer mais, sempre mais. A ganância dessa gente é inesgotável.

Há uma sentença, agora, está aqui a sentença, não tem como ser modificada e não tem nem como ir para o STJ. Será difícil para eles conseguirem recorrer, Deputado Elio Rusch. Quero ver o senhor, que fala tanto do oeste paranaense, comigo e com o Deputado Anibelli, fazendo manifestação nas praças de pedágio, aqui, o quanto o pedágio é abusivo. Quero ver se V. Exa. vai às ruas poder se manifestar. Vamos fazer as manifestações pacíficas, colocar os caminhões de som, as faixas, distribuir os panfletos.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite-me um aparte?

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Na sequência. Antes, quero conceder ao Deputado Anibelli, que já havia me pedido.

#### **O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Se não pudermos reclamar das coisas erradas que existem, que julgamos e que a população julga, onde existe a democracia? Irmos fazer manifestações ou falar desta tribuna, como V. Exa. fala, ou eu apartando.

Estou incluído nesse interdito proibitório, pela manifestação que fizemos nesta Casa, no plenarinho, em uma tarde, onde houve uma manifestação pública contra a cobrança abusiva dos pedágios. Nós, eu, V. Exa. e tantos outros Deputados, vários Deputados participaram e a televisão estava transmitindo, nós dois fomos pegos. Não sei porque somente nós dois. Talvez, porque quando houve a manifestação estivemos nas praças ao lado da população e falamos na tribuna, nos manifestamos. Acho que é um diploma que nós dois recebemos, através das empreiteiras de pedágio, em favor da defesa da população. Tenho três, quatro, cinco processos - sei de três - o Dr. Botto de Lacerda, é meu advogado. Isso, todo dia aparece e vão continuar.

Fui Deputado Federal na época da revolução, quando éramos MDB em Brasília e criticávamos a revolução, do arbítrio, da corrupção, do banimento de brasileiros, de pessoas que foram espancadas, sumidas no DOI-CODE e nunca tivemos um processo. Talvez, até no DOPS. Esses

dias revelaram a ficha do Governador Requião. Éramos estudantes e tínhamos participação, membros de partido. Somos fundadores do PMDB. No dia em que morrermos e fizerem a nossa biografia vai aparecer.

Graças a Deus e ao povo, tenho nove mandatos. O povo sabe e reconhece na luta, na briga e na defesa de partido, de companheiros em eleições, briga interna dentro do nosso PMDB velho de guerra. Às vezes, brigamos entre nós mesmos pelo interesse do nosso partido, em função da população. O que fazemos? O Governador Requião e os nossos companheiros do PT, do Presidente Lula, defendemos aquilo que imaginamos e procuramos fazer o melhor. É uma honra para nós dois sermos processados. Nos custa caro, sofremos, mas talvez um dia tenhamos o reconhecimento da população. Temos sido votados nas eleições. V. Exa., que exerce um novo mandato, depois de ter sido nosso companheiro Vereador e Deputado, V. Exa. na luta partidária, quer dizer, voltamos, estamos defendendo dentro das nossas possibilidades, com a nossa garra, aquilo que o povo nos deu a procuração para defendê-los.

Parabéns a V. Exa. pela vitória que estamos obtendo nesta fase jurídica, em que vibramos, e a população reconhece quem trabalha e quem defende a população. Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Anibelli. O seu pronunciamento contribui. Também concordo com V. Exa. Já participei de manifestações nas praças de pedágio ao seu lado, sei da sua coragem, da sua firmeza. O senhor não é homem de temer cara feia. Então, vi, o senhor é um líder, é valente, é corajoso.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Só queria perguntar a V. Exa. se nessa sua decisão, o senhor pode continuar passando os pedágios daquela moda moderna e se o senhor vai ensinar o Deputado Elio Rusch em dar sequência a esse trabalho.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na verdade, vou repetir: tomei uma atitude drástica para poder manifestar o meu inconformismo. Estou muito feliz hoje, justamente com a decisão judicial, porque o que eu esperava era a revogação desses mandados proibitórios. Isso é uma grande vitória do Dr. Fernando Knoerr, da Dra. Juliana, Dr. Leonardo, dos outros advogados enfim, que estão aqui trabalhando para poder, de fato, modificar as decisões injustas.

Entendo que o nosso caminho, tem muita gente, Deputado Elio Rusch, que vai se surpreender com as decisões que virão ainda do TRF4 em relação ao pedágio. Esperem que tem mais. Porque não é possível comprar a consciência de todo mundo. Temos Desembargadores Federais, como o Desembargador Lugon e tantos outros, que são homens de bem. Gente que não se compra e que

decide a favor do direito, da justiça. Confio nesses homens e mulheres.

E quero dizer o seguinte: que espero, sim, decisões judiciais favoráveis, porque sei que é uma luta dura essa. Muitas vezes parece impossível. Fechamos por quatro dias o pedágio de Jacarezinho. Está aberto hoje, única e exclusivamente, porque até agora a Desembargadora Silvia, eminente Desembargadora Federal, não levou ainda para o órgão especial do PRF4, porque quando ela levar fecha definitivamente aquela praça de pedágio de Jacarezinho. E vou dizer, vai fechar o da Lapa também. E o Governo Federal que faça os investimentos que tem que fazer para recuperar as rodovias.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Stephanes Júnior.

***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Quero começar saudando a Mesa, nosso Capitão Jonas Guimarães, e, Romanelli, vou pegar um gancho na sua conversa, vou falar sobre outro tema no início.

Quero primeiro parabenizá-lo, porque realmente é um absurdo você ter uma decisão judicial impedindo-o de se manifestar onde quer que seja. Aquilo era um crime que estava acontecendo, decisão errada emitida pelo Juiz. E esta revogação está mais do que justa, mais do que correta. Mas, ao mesmo tempo em que concordo com essa decisão, eu discordo, quero deixar isto público, de protestar furando o pedágio. Isto, quero deixar claro que não faz parte daquilo que acho correto.

Então, quero fazer este testemunho, assim como hoje, o MST, para variar, invadindo praça de pedágio no Paraná, abrindo catracas, isso é absurdo, isso é crime, e não se faz nada. Escutei o Deputado Tadeu Veneri querendo dar o nome para a Fazenda Syngenta daquele líder do MST, que na realidade era funcionário da FUNPAR, como nome, porque a Fazenda Syngenta foi invadida pelo MST, não serve para reforma agrária, é uma área que 75% dela tem que ser para preservação permanente, porque ela faz divisa com o parque de Foz do Iguaçu, não serve, é uma área que era...

**(ininteligível)**

...dentro da lei e que o pessoal, depois da atitude de vândalos que houve lá, doaram para o Governo do Estado a terra. Sabem o que é isso? A decepção foi tão grande da empresa que ela doou a área. E agora, para minha surpresa, querem dar o nome daquele líder do MST, que para mim quem tem a atitude de invadir locais que não servem nem para a finalidade que queriam, que era para a reforma agrária, uma atitude errada, lamento muito o falecimento dele, agora, ele não falou do assassinato do segurança da fazenda, do cárcere privado. Isso que o MST tem feito.

Quero também que o Tadeu Veneri me explique, que o pessoal do PT é muito ligado ao MST, a sindicato, como que em Curitiba os Bancos estão fechados e o sin-

dicato está pagando piqueteiro, R\$ 40 para ter piquete, porque senão os Bancos estão abertos. É isso que tem que explicar: por que que o sindicato está tão desmoralizado que tem que pagar R\$ 40 por dia para o cara ficar na frente fazendo piquete do Banco?

Então, eu ia abordar outro tema, mas o assunto do MST, da invasão dos pedágios, hoje, do Deputado Romanelli dar como exemplo aquela furada do pedágio, isso não está certo, não concordo, quero deixar isso claro e público. Por meia hora escutei esse tema, vou falar somente cinco minutos, que é o que eu tenho, não tenho a Liderança do Governo nem tenho a Liderança do PMDB, e também escuto sempre aquela frase: PMDB velho de guerra...

**(ininteligível)**

...não morreu, vamos enterrá-lo, chega dele. Agora é o novo PMDB, não é, Artagão? Não é, Capitão? Essa coisa de ranço do passado não dá mais. Temos um novo PMDB, pujante, querendo trabalhar e com idéias diferentes.

O tema, na realidade, que me traz à tribuna hoje, é outro. É o projeto de lei, que queria pedir ao Presidente Nelson Justus que agilizassem, é o Projeto de Lei nº 304/07, de minha autoria. Ontem à noite teve uma pequena chuva em Curitiba, já ficamos sem energia elétrica, Butiatuvinha, Santa Felicidade, São Braz, aquela região de Curitiba, Campo Magro, Almirante Tamandaré, quebraram alguns transformadores na região, ficou sem água também em função disso, e esse projeto de lei meu prevê que a fiação aérea em Curitiba, e nas grandes cidades do Paraná, seja subterrâneo. Dizem que é um custo muito grande a implantação disso. O custo já não é mais tão grande, e além disso a economia que você tem de não ter mais a manutenção, não ter mais a poda da árvore, a beleza, a quantidade de pássaros, árvores frondosas, acaba a queda de energia elétrica na cidade, porque hoje a energia elétrica toda aérea, isso tem que mudar.

Queria poder debater esse projeto, que ele viesse à pauta, porque tem muita coisa importante, falar sobre o custo da implantação dessas redes subterrâneas, tirar essa fiação aérea, o benefício para a cidade. O número do Projeto é 304/07. Se puder colocar em pauta, é importante debater esse tema. Queria agradecer a oportunidade de fala, fui rápido, sucinto, menos de cinco minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Na verdade não era pretensão de falar hoje, mas mais uma vez, a exemplo de ontem, após as palavras do Líder do Governo, me vejo na obrigação de vir a esta tribuna e fazer o contraponto.

Primeiro, Deputado Romanelli, se tem alguém que defende o regime democrático é o Deputado Elio Rusch,

que é o meu partido. Liberdade de ir e vir, defendemos sim. Mas, acima do nosso cargo, da nossa posição e acima do Governo, existe a lei, e ninguém pode estar acima da lei. Vivemos num estado de direito democrático. O que quer dizer isso? Que a legislação tem que ser respeitada. O mais simples cidadão, até o Presidente da República se enquadra na mesma legislação. Bem ou mal existe um pedágio implantado no estado do Paraná, na forma, na sua concepção, como ele foi implantado talvez não tenha sido o mais adequado, o mais correto e o mais justo. O Governo Estadual, na época, devia talvez ter feito o que o Governo Federal está fazendo hoje em relação à implantação dos pedágios no nosso país.

Naquela época não, o estado do Paraná, Deputado Romanelli, Srs. Deputados, Deputado Nelson Justus, o nosso estado era um estado chamado de fundo de quintal de Santa Catarina e de São Paulo. Porque nós produzíamos a matéria-prima e ela era industrializada nos outros estados. Os nossos municípios e o nosso estado se creditavam sobre o valor primário e o valor agregado dos impostos, a geração de emprego só acontecia nos outros estados. Teve um Governo que abriu as portas do estado para a industrialização do nosso Paraná, a exemplo daquilo que fez o ex-Governador do estado do Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian. Pedro Pedrossian, quando Governador, de 1990 a 1994, abriu as portas do Mato Grosso do Sul e industrializou o seu estado. Isso custou caro para o Paraná e, em particular, para o meu município de Marechal Cândido Rondon.

Vou citar um exemplo para que não fique apenas no pronunciamento. No nosso município, Deputado Jonas Guimarães, tínhamos o Frigorífico Ceval. A Ceval era um frigorífico que abatia centenas de suínos e empregava mais de 300 pessoas. O Governo do Mato Grosso do Sul incentivou as empresas que chegassem no seu estado dando terra, dando condições, incentivos fiscais. O que aconteceu com a Ceval do meu município? Eu poderia citar “n” outras empresas, isso de 1990 a 1994, do primeiro mandato do Governador Roberto Requião. A Ceval saiu não só de Marechal Cândido Rondon, ela saiu do Paraná. Ela foi para onde? Dourados, em Mato Grosso do Sul. Lá ela se estabeleceu, criou os seus integrados, os seus fornecedores de suínos. Quem perdeu? Foram os nossos agricultores, foi o Paraná, na receita do ICMS. Quem perdeu foi Marechal Cândido Rondon, que perdeu empregos. O Paraná perdeu.

Veio um outro Governo em 1994.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário da Liderança do Democratas.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

O SR. ELIO RUSCH

Quero dizer que quem perdeu na época foi o Paraná. Eu disse que o Paraná era visto como fundo de

quintal. E nós nos industrializamos. Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, desculpe citar seu nome, mas V. Exa. faz questão de quando uso esta tribuna, chamar a atenção deste Deputado.

O Presidente Nelson Justus era o Secretário de Indústria e Comércio na época, quando vieram todas as montadoras para o Paraná. Aliás, podemos buscar no Senado da República as notas taquigráficas do então Senador da República Roberto Requião, que condenava o Governo do Estado a oferecer incentivos para que estas empresas viessem para o Paraná.

Mas, graças às empresas que vieram naquela época, as montadoras, é que o porto de Paranaguá, hoje, que é cantado em prosa e verso pelo atual Governo, pelo número que é exportado via porto de Paranaguá - eu sei que isto lhe incomoda, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Seus ouvidos não são acostumados a ouvir isto. E cada vez que venho à tribuna e falo alguma coisa, V. Exa. faz pronunciamento paralelo. V. Exa. tem que aprender a ouvir, Deputado Luiz Claudio Romanelli!

Dizer mais, Srs. Deputados, graças ao nosso Presidente Nelson Justus, que era Secretário da Indústria e Comércio, na época, conseguimos industrializar nosso estado. E não é só na capital e na região metropolitana. Na região oeste, as cooperativas buscaram sua industrialização, vieram as agroindústrias. Vou citar alguns exemplos, já que temos a presença, nas galerias, das lideranças, Prefeito eleito, Vereadores da cidade de Ramilândia. Quero citar o exemplo da Cooperativa Lar, que instalou seu abatedouro de frangos no município de Matelândia. Quero citar a Cooperativa C-Vale, de Palotina, que abriu e instalou seu abatedouro de aves em Marechal Cândido Rondon, a COPAGRIL, ampliaram suas instalações; a COPACOL, na cidade de Cafelândia; a COPAVEL, em Cascavel, que ampliaram o seu frigorífico de aves, de gado, suínos, enfim, todo o seu parque industrial, graças à política fiscal implantada por este Governo. E aí o que precisaríamos fazer em nosso estado? Não adianta implantar indústrias se não se tem a infra-estrutura. E o que é a infra-estrutura? É o porto, as rodovias, as ferrovias, telefone, energia elétrica, tudo isso faz parte de um complexo de infra-estrutura necessária para que possamos dar sustentação às empresas que vieram se estabelecer no estado do Paraná. E as rodovias estavam precárias.

Eu sei, o Deputado Luiz Claudio Romanelli e outros Deputados que vivem aqui em Curitiba agora estão andando pelo interior, eu andava no interior e o estado estava intransitável. Cascavel a Foz do Iguaçu era a rodovia da morte. De Guarapuava a Três Pinheiros estava intransitável. Na região de Irati não dava para andar. Não tinha forma. As rodovias não eram estaduais, eram rodovias federais. E o Governo Federal não as conservava. O que o Governo do Estado foi obrigado a fazer? Buscar a parceria e instalar o pedágio no estado do Paraná. Às custas de quem? O Governo descapitalizado, Governo Federal e Governo Estadual, a livre iniciativa, as empresas, tinham que fazer o quê? Fazer todos os investimentos. O que não

acontece hoje. Hoje o Governo Federal, graças à economia sólida do Brasil, graças ao crescimento que temos no país, o Governo tem recursos. E o próprio Governo Federal pode conservar as rodovias, fazer uma concessão de pedágio, instalar o pedágio e as empresas apenas vão instalar sua parte do pedágio e conservá-las.

Sei que o pedágio é caro. Eu não seria ingênuo em afirmar que o pedágio é barato. Nunca falei isso. Quando votamos, aqui na Casa, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. bem sabe disso, quando o Governo pediu a encampação do pedágio no Paraná, nós votamos a favor. Porque é que o Governo não encampou o pedágio? Por que não? Por que o Governo Roberto Requião enganou o povo duas vezes, em duas eleições? Ele disse - não fui eu, foi o Governador Roberto Requião quem disse: "Eu, Governador, acabo com o pedágio no Paraná!" Por que não acabou?

Ora! Roberto Requião é uma pessoa inteligente, é uma pessoa formada e culta. Ele sabia que para acabar com o pedágio teria que indenizar as empresas e ele teve a autorização legislativa, inclusive com o nosso voto favorável. E por que ele não fez? Porque sabia que não tinha custo, sabia que não tinha recursos para indenizar, porque acima do Governo existe a lei. Deputado Romanelli, quero lhe parabenizar pela liberdade que V. Exa. tem. Agora, as manifestações podem ser feitas, sim, mas desde que seja respeitado. E agora o que vai acontecer com o estado do Paraná? Não é agora. O passivo que este Governo vai deixar é só o tempo quem vai dizer.

Posso falar agora, o Deputado Romanelli fala, o Deputado Durval conversa, o Deputado Antonio Anibelli conversa, cada um tem o direito de manifestação, mas só existe uma coisa que confirma os nossos atos, que é o tempo. O tempo é a razão de si e o tempo vai dizer se estou com a razão ou se estou mentindo. O Paraná, a sociedade do Paraná, nós gastamos mais de meio bilhão de reais com a UEG-Araucária, da cidade da Deputada Rosane. E por quê? Porque o Governo rompeu um contrato unilateral, para não pagar uma multa de US\$ 850 milhões que estava na Câmara Arbitral em Paris, na França. O que foi feito? Comprou as ações, pagou mais de meio bilhão de reais, sendo que viria de graça. Gastou de balde, porque as ações viriam de graça para a COPEL. Está no contrato, Deputado Romanelli! É só buscar, e o senhor tem todo o direito de buscar os documentos e dizer que o Elio, na quinta-feira de manhã, faltou com a verdade. Depois de 20 anos de operação, viriam de graça.

E as ações que estão na Justiça da SANEPAR, do Grupo Dominó, alguém vai pagar a conta, as invasões nas praças de pedágio, e hoje estão invadindo de novo, ou quando o Governo mandou abrir a praça de pedágio por oito ou 10 dias, alguém vai pagar a conta. Quem vai pagar a conta? Não é a pessoa física, não é o Governador Roberto Requião, mas quem vai pagar a conta é o Governo do Paraná, e o Governo do Paraná somos nós, é a sociedade do Paraná.

Então, isso tem que ser lembrado, isso tem que ser dito pela sociedade. Desculpe-me, Deputado Romanelli,

respeito-lhe como Deputado, como cidadão e como Líder do Governo. V. Exa. tem todo o direito de fazer as suas manifestações. Agora, a bem da verdade, têm que ser ouvidos os dois lados. O Paraná se industrializou, o Paraná não é mais o mesmo Paraná da década de 90, quando as indústrias foram embora. O porto de Paranaguá, hoje, está bem, graças aos investimentos que aconteceram no Governo passado. E por falar no porto de Paranaguá, tenho um requerimento que aprovamos aqui, acho que foi no mês de agosto, um pedido de informações sobre o porto de Paranaguá, das multas que foram aplicadas pelo não cumprimento da regulamentação da ANTAQ. Foi perguntado no pedido de informações quais eram as origens das multas e se foram pegadas ou não. Uma multa de R\$ 170 mil e uma multa de R\$ 1,6 milhão. Quer dizer, ainda não recebemos informações do Governo do Estado. Depois vou dizer qual é o requerimento e quando foi apresentado. Então, tudo isso temos que lembrar.

Deputado Romanelli, concedo-lhe um aparte, prazerosamente.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

O senhor é um Deputado esforçado. Gosto do seu estilo, porque é um homem que acredita naquilo que fala. Gosto de ver gente igual ao senhor na tribuna. Mas, quero dizer a V. Exa. que não fui eu e nem a minha bancada que quis privatizar a COPEL, não fomos nós que privatizamos as rodovias do Paraná criando o pedágio, não fomos nós que fizemos aquele mau negócio de comprar essa usina UEG-Araucária, que, diga-se de passagem, se não tivesse sido adquirida no consórcio com a PETROBRAS, que foi uma belíssima de uma operação, nós tínhamos levado a COPEL à falência - ele e aquele outro contrato take or pay em que havia sido comprado energia.

(Corte no som)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. tem mais um minuto.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Querida, Exa., somar o horário da Liderança do Governo para poder falar com o Deputado Elio Rusch, para ele se sentir à vontade e responder depois as coisas que eu gostaria de falar, se o senhor permitir.

O fato, Deputado Elio Rusch, é que V. Exa. quer dar uma narração de questões que este Governo resolveu com a competência, com a inteligência e com a firmeza do Governador Roberto Requião. Deputado Elio Rusch, de qual Paraná estamos falando? Oito anos do Governo anterior e quantos novos empregos de carteira assinada? Trinta e sete mil de janeiro de 2003 até agosto de 2008. Se V. Exa. não gostar dos dados vá brigar com o Cajedi (sic). Seiscentos e três mil novos empregos.

V. Exa. teria todas as razões de estar participando, junto com o Governador Roberto Requião, da inauguração da nova fábrica da Sadia que, por conta das decisões do

Governador Roberto Requião, ainda do Governo anterior, decidiu transferir a maior parte das operações da Sadia para o Paraná. Participei na época, no Governo anterior, quando a Sadia decidiu investir no estado do Paraná.

V. Exa. fala de um estado que só existe na sua cabeça. Porque o Paraná agroindustrializado é um processo muito importante, que começou nos Governos do Ney Braga, José Richa, Álvaro Dias, com atuação também do Secretário da Agricultura, hoje Senador Osmar Dias. V. Exa. fala de ações que foram emblemáticas para a sociedade paranaense. Todo mundo sabe que o Governador Jaime Lerner, grande urbanista, sempre se preocupou com Curitiba, com os municípios da região metropolitana, largou o interior para trás. Para ele, depois de São Luiz do Purunã, não existia Paraná. Nunca se preocupou em desenvolver o estado. Essa é a mágoa de quem é do interior, que tem do Jaime Lerner. E V. Exa. sabe disso, sua região sabe disso.

Um Paraná que criou 260 mil novas empresas. Se V. Exa. não gostar dos números, vá brigar com a Junta Comercial. Este ano foram 41 mil 413 novas micro e pequenas empresas. Sendo 215 novas por dia útil, ou seja, desde 2003 são 260 mil novas empresas criadas no estado do Paraná. Não é à toa que estamos batendo os recordes, com exceção de São Paulo e Minas Gerais, pois são muito superiores a nós, e todos os outros estados, temos superado todos os indicadores. Isso da nossa sociedade! Do seu papel, do Presidente Nelson Justus, do ex-Governador Jaime Lerner, de todos nós. V. Exa. vai à tribuna e fala mal do porto de Paranaguá. Não é bem assim!

Olha, para o Dr. Jaime Lerner não existia nada no Paraná depois de São Luiz do Purunã.

Muito obrigado!

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço o Deputado Romanelli.

Todos os assuntos levantados por V. Exa. seriam motivo de um amplo debate. Mas, que saudades quando V. Exa. fala de agricultura, que saudades do Paraná Doze Meses, 500 milhões a fundo perdido. Para os pequenos agricultores, sementes, calcário de graça, maquinário de graça. E o Governador Roberto Requião conseguiu terminar o programa criado pelo Governo passado. Que saudades das reformas das escolas, R\$ 500 milhões deixados para este Governo do Governo passado. Que saudades do Paraná Urbano, deixado do Governo passado para este Governo. Deputado Romanelli, eu lhe ouvi com toda atenção, mas V. Exa. não tem jeito. V. Exa. é Deus dos deuses! O seu Governo é intocável. O seu Governo conseguiu fazer as obras graças aos programas deixados pelo Governo passado. Vamos trazer para esta Casa qual foi a receita tributária do estado dos últimos 12 anos? Traga para nós, Deputado Romanelli, a evolução industrial que houve no Paraná nos últimos 12 anos, ano após ano. Vamos trazer isso para debate.

Deputado Romanelli, disse ontem aqui na tribuna, que o Governo do Estado do Paraná, se fez algo de bom

para as empresas, foi o Simples, a exemplo do Governo Federal. Só que, com a reforma tributária, ele vai tirar essa vantagem das pequenas e micro empresas quando dá a alíquota de desconto para as grandes empresas. Qual é a vantagem que a micro e pequena empresa vai ter ainda? Então, tudo isso tem que falar. Não adianta falar de uma coisa e esquecer de outra.

Com toda certeza as Audiências Públicas que irão acontecer no interior do estado vão clarear essas dúvidas e tantas outras. Não só ouvir os grandes, vamos ouvir os pequenos também. E depois vamos dar o nosso voto de acordo com a consciência de cada Parlamentar, respeitando a opinião de quem é a favor ou contra. Isso é o regime democrático. Com toda certeza, vamos discutir muito sobre o seu Governo, Deputado Romanelli, que V. Exa tanto defende.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, não posso ver V. Exa. falar tanta besteira numa Casa como a nossa. Pelo amor de Deus! V. Exa. não fica nem vermelho diante do Presidente! Eu fiquei vermelho ali atrás.

Tenho minhas divergências com o Governador Jaime Lerner, agora, falar mal do processo de industrialização do Paraná? V. Exa. comete um absurdo crime contra essa gestão! Vou ser sincero com V. Exa., porque o senhor dizer que economicamente o Governador Jaime Lerner não fez nada pelo interior do Paraná, comete um grande equívoco. O senhor falou: “Economicamente não fez nada.” Como não fez? Economicamente o Governador Jaime Lerner foi quem mais fez crescer a industrialização no estado do Paraná. É só olhar. Vou falar de números. Não vou falar da boca para fora, não.

Tive muitas divergências com o Governador Jaime Lerner. Vou ter ainda. Agora, se tem algo que ele não merece, é dizer que ele não fez nada. Vou defender o nosso Presidente, que foi o Secretário, porque acompanhei, na condição de Prefeito, todo esse processo de crescimento da economia do Paraná e da nossa Ponta Grossa. Ponta Grossa que passou de 12ª colocada de ICMS a ser a terceira cidade em arrecadação, perdendo apenas para Curitiba e Araucária por causa da PETROBRAS. Quero dar um número aqui que poucos Parlamentares sabem. Apenas uma empresa, colocada em Ponta Grossa durante o Governo Jaime Lerner, uma única empresa, arrecada mais, hoje, ou igual à cidade de Cascavel de ICMS, que é

a Tetra Pak. O que a Tetra Pak. O que a Tetra Pak arrecada de ICMS é o mesmo que toda cidade de Cascavel arrecada em relação ao estado do Paraná.

Não podemos falar que o Governo anterior, o Governo Jaime Lerner não fez nada pela economia. É uma conta que até a minha filha, que está ali, que tem 15 anos, já me fazia sinal de lá, a Josi que está ali, como é que o Governo atual consegue diminuir os impostos dos pequenos? Por quê? Porque ele está cobrando dos grandes, senão não tinha como diminuir. Se ele está cobrando dos grandes, das grandes empresas, está arrecadando bem e pode diminuir do pequeno. Está é uma política bacana. Se tiver dos grandes, tira do grandão e deixa os pequenos gerarem emprego. Então, naturalmente que o Governo Requião foi feliz ao perceber isto: “Esta sobrando dinheiro da Tetra Pak. O que vou fazer? Vou anistiar as demais pequenas empresas em Ponta Grossa, porque ela arrecada mais que a cidade inteira e quase a mesma que Cascavel.”

Então, o atual Governo veio na onda e, usando o bom momento financeiro, aproveita para cobrar dos grandes e não cobrar dos pequenos. Mas se não tivesse esse grande estado de crescimento que estamos vivendo com as grandes empresas, não poderia isentar o pequenininho, senão o estado quebrava. O estado precisa balançar suas contas, tem uma lei de responsabilidade que todo Governo tem.

Deputado Romanelli, gosto muito de V. Exa., mas não posso ouvir V. Exa., com todo conhecimento, com toda essa sua experiência magnífica na vida pública, falar tanta besteira, dizer que o estado não cresceu economicamente. Pelo amor de Deus, o estado cresceu sim! O estado deu um salto!

Vou lhe dar mais alguns dados aqui. Ponta Grossa recebeu, nesse período do Governo Lerner - Deputado Plauto está aqui e pode até me ajudar - as maiores empresas da sua história. Lá em Ponta Grossa, antigamente, a serragem ia para o lixo, não servia para nada. Hoje, a serragem vale grana e tem uma Masisa em Ponta Grossa. Toda madeira de Ponta Grossa se concentra na Masisa. Aquilo que era lixo, hoje vale grana, vale dinheiro. Temos uma Continental, que veio direto da Alemanha, uma grande empresa que hoje já está ampliando, já está numa segunda fase, ampliando.

Muitos dos Srs. Deputados não sabem, vou até perguntar: qual é a maior fábrica de carpetes do Brasil, hoje? Alguém poderia dizer que é a Tabacow, que é a Bandeirantes. Não é nenhuma delas. É uma empresa chamada Boiler do Brasil, colocando no distrito industrial de Ponta Grossa. Não é a maior do Brasil, é a maior da América do Sul. É maior fabricante de carpetes da América do Sul! Sabe quem levou os belgas para Ponta Grossa, Deputado Romanelli? Foi uma luta difícil, porque foi difícil de lidar com eles, mas sabe quem conseguiu? O cidadão que está ali na sua frente, o Deputado Nelson Justus.

Então, só queria ser coerente. Acho que no Parlamento podemos discutir economia, não sou economista, mas eu vi acontecer o progresso e vejo hoje o Prefeito

atual podendo financiar com o Paraná Urbano perto de 80 milhões, eu quando fui Prefeito tinha 5 milhões para me virar nos 30, 5 milhões. Hoje o atual Prefeito tem 80 milhões, quase 100 milhões para gastar, graças a quê? Graças ao progresso, aumentou a arrecadação. Ponta Grossa tinha 100 milhões em arrecadação em 2000 quando eu deixei a Prefeitura, e sabe quanto tem para o próximo ano, para o próximo orçamento? Quatrocentos milhões. Sabe o que é isso? É o mesmo que o trabalhador que está em casa nos assistindo, que ganha R\$ 500, passasse a ganhar R\$ 2 mil. Não seria bom, você que está em casa me assistindo? Você ganha 500 por mês e a partir do mês que vem você ganha R\$ 2 mil. O que você faria? Comprava um relógio novo, uma casa nova, a prestação da moto, dá para fazer um monte de coisas. Foi isso que aconteceu com Ponta Grossa.

Então, só quero dizer ao Deputado Romanelli que ainda veio a Kaiser, que o Requião não queria que viesse e depois veio, veio ainda as Canetas ITA, que hoje está ampliando e já está no distrito industrial, a fantástica Sadia, que tem mais de mil empregados, pizzas prontas em Ponta Grossa, mais de mil empregados, veja que beleza é a Sadia em Ponta Grossa, e outras pequenas fábricas. Tive o privilégio de visitar uma pequena indústria metal-mecânica em Ponta Grossa, que tem 50 empregados que vêm trabalhar para essas grandes empresas. Então, a grande gera a pequena e a pequena arrecada e aí o Governo tem condições de diminuir os impostos para as pequenas e ajudar aqueles que precisam.

Deputado Romanelli, é sempre um prazer ouvi-lo, até porque toda vez que eu o ouço, eu aprendo ou desaprendo, mas tudo faz parte da vida.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Fico feliz de poder estimular para que seus neurônios possam fazer uma sinapse, porque admiro muito a sua inteligência.

Quero dizer a V. Exa., Deputado Jocelito, que quando me expressei em relação ao que foi o período do Governo Jaime Lerner, sei que isso desperta emoções fortes em algumas pessoas, porque também há de se reconhecer que quando se fala na receita tributária há de se incluir a receita da venda da receita de capital, ou seja, do que foi vendido do patrimônio público no período do Governo do arquiteto.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte, já disse nesta Casa: houve um movimento importante, sim, disse isso aqui desta tribuna, e V. Exa. vai entender o contexto que estou me referindo, houve um movimento importante que foi o da atração das indústrias montadoras de automóveis. Muito bem, foi importante? Importantíssimo isso, um ciclo virtuoso. O que estou questionando, e quem é do interior do Paraná questiona, quando eu me referi a São Luiz do Purunã incluo Ponta Grossa, pontualmente uma ou outra atividade que aconteceu no interior do estado, o

senhor pegue toda a minha região, a chamada mesorregião do norte pioneiro, sabemos, Deputado Jocelito, que 47 municípios, uma única grande indústria que é em Cornélio Procopio, indústria Iguazu de café solúvel, o que aconteceu nesses anos todos? Agora é que temos conseguido, com médias empresas e algumas médias que estão se tornando grandes, é que estão indo para a nossa região.

O fato concreto, Deputado Jocelito, é que todo esse processo, ciclo virtuoso, desenvolvimento econômico, foi concentrado em uma linha divisória da geopolítica paranaense de concentrar onde moravam 50% dos paranaenses, e foi uma estratégia feita pelo Governo do Jaime Lerner para poder fortalecer eleitoralmente. O fato é que há regiões do Paraná, noroeste, norte e oeste, a economia anda por suas próprias pernas, onde temos conseguido solidez e avanço. Basta ver os dados, que não são meus, são públicos. Nos oito anos de Governo Jaime Lerner, que vai de 1995 a dezembro de 2002, foram criados 37 mil novos empregos. O dado é oficial, não é meu. Nesse período nosso de Governo, de 2003 até agosto de 2008, foram criados 603 mil novos empregos.

Eu desafiaria a aprofundarmos a origem de todos os investimentos feitos no Paraná. Dar crédito ao Álvaro Dias, ao Ney Braga, ao Requião, ao Jaime Lerner, ao José Richa, porque isso é fruto da inteligência, da perspicácia, da competência dos paranaenses, do Presidente Nelson Justus, de todos os que trabalharam.

Quando faço comparativos, os faço no sentido de que não podemos perder o bom momento que estamos vivendo. Quando estamos propondo uma reforma tributária é porque já beneficiamos microempresários a pagarem zero de ICMS. Como o pequeno empresário para até 3,4% de ICMS e acabou de o fiscal estar batendo na porta dele. A indústria que o senhor visitou lá, de 50 empregados, nunca recebeu a fiscalização na porta.

Para concluir, dizer que V. Exa. pode divergir em relação ao que falo, mas pode ter certeza de que nunca vou subir à tribuna para falar bobagens. Quando falo, tenho leitura do que acontece no estado do Paraná. E quero sempre mais. Por isso que a crítica que faço, quando a faço, é no sentido de que cada vez mais temos que investir no desenvolvimento econômico, com novas fábricas e plantas industriais, não apenas para Curitiba e região metropolitana, mas para o norte pioneiro. A nossa região é que tem o direito de receber os investimentos.

Era isso, Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Jocelito, para concluir, por gentileza.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Deputado Romanelli, cada momento da economia é um momento. Temos em cada Governo um momento. O Governo anterior apostou na industrialização e apostou bem. O atual Governo surfa nas ondas de diminuir os impostos. Esperamos que isso ocorra. Um direito adqui-

rido não deve ser mudado. Se foi dado o direito aos pequenos de ninguém pagar impostos, isso deve prosseguir. Direito adquirido no bem público não se mexe. Espero que essa reforma continue a privilegiar as pessoas simples, que já têm o direito adquirido.

Quanto a essa questão de plantar, é preciso semear. Se houve menos emprego no período do Governo Jaime Lerner, é porque naquele período estava se plantando. Uma plantação começa, primeiro, arando a terra, depois jogando a semente, cuidando para ela crescer. Depois tira a plantação, vende a produção e fatura a grana. É assim que aconteceu. o atual Governo plantou, está tirando a colheita e está recebendo os louros, que são os empregos.

Muito obrigado, Deputado Romanelli. Apenas fiz essa defesa porque me senti no dever de defender o nosso Presidente Nelson Justus, que sem dúvida nenhuma foi um dos grandes Secretários da Indústria e Comércio do Paraná e foi o homem responsável por colocar indústrias, como a Tetra Pak, em Ponta Grossa, que gera mais ICMS do que a cidade inteira de Cascavel, hoje.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Mensagem nº 032/08, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar imóveis com o município de Apucarana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 16/10/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

O SR. ELIO RSUCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Conforme anunciei na tribuna, aprovamos no dia 27 de agosto um requerimento solicitando informações ao

Superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina, que informasse a esta Casa sobre as multas aplicadas ao referido porto e quais os motivos que levaram a essas multas e se já foram pagas. Que mande os comprovantes para a Assembléia Legislativa. Esse requerimento foi aprovado, enviado, e o prazo legal já expirou. Espero que a Casa, V. Exa. como Presidente, tome as medidas necessárias para que possamos ter o mais rápido possível essas informações.

Tenho certeza que o Líder do Governo, que ajudou a aprovar esse requerimento, fará o possível para que o Superintendente possa prestar essas informações. E pergunto: Quem é o Superintendente do porto? É o Eduardo Requião? Mas deve ter o seu substituto. Espero que possamos receber essa informação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos fazer todo o possível para que o Superintendente do porto responda ao requerimento.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a participação e defesa do usuário dos serviços públicos e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).**

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2746, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente. Acho que não temos 28 Deputados no plenário. Gostaria de chamada nominal, e se não tiver os 28 Deputados, não há como votar, porque eles não querem trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há quórum suficiente para prosseguimento da Sessão.



O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para justificar, o Deputado Antonio Belinati está licenciado para promover sua campanha no segundo turno em Londrina. Se não consta a ausência dele, isso pode prejudicá-lo. Ele está licenciado para promover sua campanha.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente justificado.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 117, 242 e 338/08 e dos Projetos de Resolução nºs 019 e 020/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 290, 394 e 301/08.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Diretoria Geral***

##### ***Portarias***

PORTARIA Nº 0251/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8501, datado de 01/10/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar anotar, na ficha funcional de ANNIBAL DUMONT, matrícula nº 40151, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, os tempos:

1 - de Certidão do INSS, em que prestou serviços à Prefeitura Municipal de Mariluz, por 02 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias, período de 03/03/80 a 31/05/80; Usina Açucareira Paredão, por 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias, período de 28/08/62 a 25/11/63; Fed. Trab. na Agricultura do Estado do Paraná, por 07 (sete) anos e 06 (seis) meses, período de 01/03/69 a 31/08/76; como Autônomo, por 02 (dois) meses, período de 01/08/76 a 31/10/76; como Autônomo, por 05 (cinco) meses, período de 01/01/77 a 30/05/77, totali-

zando 09 (nove) anos, 06 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias de contribuição, contados para efeito de aposentadoria, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal;

2 - prestados a esta Assembleia Legislativa, de 05 (cinco) meses e 01 (um) dia, período de 30/08/82 a 30/01/83, contados para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70;

3 - de cargo em comissão prestados ao Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont, por 06 (seis) anos, 01 (um) mês e 23 (vinte e três) dias, período de 14/06/76 a 09/08/82, conforme Decretos Legislativos nº 465/76, de provisão, e nº 148/82, de exoneração, constantes em ficha funcional, nos termos do artigo 4º, da Emenda Constitucional nº 020/98, contados para efeito de aposentadoria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0252/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8962, datado de 14/10/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, para exercer cargo em comissão de Assessor do Prefeito, a partir de 07/10/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0253/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8961, datado de 14/10/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

colocar a disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, para exercer cargo em comissão de Secretário Municipal da Comunicação Social, a partir de 06/10/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0254/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8441, datado de 25/09/08, deste Poder,

